DIÁRIO OFICIAL



Prefeitura Municipal de Tucano

ÍNDICE

ATA
AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2º QUADRIMESTRE DO ANO DE 2026 .....

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2º QUADRIMESTRE DO ANO DE 2026

Estado Federativo da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCANO
CNPJ: 13.810.312/0001-02

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Avaliação das Metas Fiscais – 2º Quadrimestre – 2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 10h00, nas dependências do auditório da Câmara Municipal de Tucano, perante o plenário, e em conformidade com o conteúdo do ofício 183/2026, do executivo municipal, dirigido ao legislativo deste município, e, ainda conforme o estabelecido no edital 003/2026, de 18 de setembro de 2026, devidamente publicado no endereço eletrônico: https://doem.org.br/ba/tucano?dt=2026-09-18, foi realizada Audiência Pública perante a Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de Tucano, Estado Federativo da Bahia, em cumprimento ao que dispõe o § 4º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, com a finalidade de discutir, demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais presentes no Relatório Quadrimestral – Avaliação e Cumprimento de Metas Fiscais – 2º Quadrimestre de 2026, tendo comparecido à sessão os Vereadores: **Gervásio Andrade Moura** – Presidente da Comissão de Controle, Orçamento, Finanças, Fiscalização e Tributação; **Hélio de Oliveira dos Santos** – Relator, **Jeanne Santos de Jesus** – Membro. Compareceram também os senhores: Wagner Nagode Canário Rodrigues – Controlador Geral do Município de Tucano e Antônio Tomaz de Aquino – Responsável pelo Departamento de Contabilidade do Município de Tucano. Iniciando os trabalhos, o senhor Antônio Tomaz de Aquino conduziu a apresentação da Audiência Pública do 2º Quadrimestre de 2026, contendo: Execução Orçamentária – Consolidação Geral – Receitas e Despesas; – Dívida Consolidada Líquida (conforme Resolução nº 43 de 2001 do Senado Federal) – Resultado Primário – Resultado Nominal - Receita Corrente Liquida Realizada – Dívida Fundada - Demonstrativo dos Limites com: Despesa de Pessoal, Educação, Fundeb e Saúde. Foram os seguintes resultados apresentados na audiência pública em comento: Despesa de Pessoal do Município – Comparativo – **Despesa com Pessoal**, **(47,24%),** da Receita Corrente Líquida até o 2º Quadrimestre de 2026; – Conforme preceitua o art. 212 da Constituição

Estado Federativo da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCANO
CNPJ: 13.810.312/0001-02

Federal de 1988, deverão ser aplicados no ensino, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino - **MDE**, atendendo a este dispositivo legal, o município aplicou, até o 2º Quadrimestre de 2026, **(20,24%)** da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino; foi aplicado, no **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb,** em observância ao artigo 26, da Lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020, **(60,74%)** da receita oriunda do FUNDEB. Ainda com relação a educação, especificamente com relação ao cumprimento da Lei 14.113, artigo 28 (obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 50% nas despesas com o ensino infantil) o município aplicou **45,05% da receita de complementação VAAT**, ficando, portanto, abaixo dos 50% estabelecido pela legislação. Por outro lado, o artigo 27 da Lei retrocitada (obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 15% nas despesas com investimento), foi cumprido, atingindo o percentual de 18,88% **da receita de complementação VAAT**. No que tange a aplicação nas ações de **Serviços Públicos de Saúde,** em cumprimento a Lei Complementar nº 141, Art. 36, § 5º de 13 de janeiro de 2012, e, ainda, conforme estabelecido na Emenda Constitucional 29/200, em seu Art. 77, inciso III, o Município aplicou **(16,49%)** da receita resultante de impostos e transferências. Concernente ao **Resultado Primário** para o período analisado, o município obteve um resultado positivo de R$ 26.446.030,60 (Vinte e seis milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, trinta reais e sessenta centavos), esse resultado mostra que o município teve um resultado positivo, ou seja, as receitas primárias foram superiores as despesas primárias. No que tange a **Dívida Consolidada Líquida,** até o período em análise, o município alcançou o montante de R$ 188.034.764,51 (Cento e oitenta e oito milhões, trinta e quatro mil, setecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e um centavos) em relação à dívida consolidada de 31 de dezembro de 2025 – Conforme dispõe a Resolução nº 40 do senado federal, em números absolutos, o município atendeu o dispositivo e ficou abaixo do limite estabelecido pela legislação até o 2º quadrimestre de 2026. Em relação à números relativos, o limite estabelecido para endividamento do executivo, alcançou o percentual de **23,90%** de sua receita corrente líquida – RCL. Cumpre ressaltar que o **Resultado Nominal** para o período

Estado Federativo da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCANO
CNPJ: 13.810.312/0001-02

foi de R$ 31.013.449,40 (Trinta e um milhões, treze mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos) demonstrando assim, com esse resultado encontrado, que o município reduziu a sua dívida de longo prazo em relação ao período de 31/12/2025. A **Receita Corrente Líquida - RCL** (Total) até o período em análise, atingiu o valor de **R$ 348.842.565,06** (Trezentos e quarenta e oito milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e seis centavos). Com relação à Assistência Social, cumpre ressaltar que o somatório das receitas até o período em análise, foi de R$ 4.375.732,61 e a despesa representou R$ 3.866.025,10 das ações destinadas à Assistência Social do município, ainda nesse quesito, vale a pena destacar que o município contribuiu com 62,00% dos recursos próprios para fazer face as despesas voltadas para à área social, a união contribuiu com 26,00% e o estado, com 3,15%. Tendo sido analisado o Relatório do 2º Quadrimestre de 2026, quanto à avaliação e cumprimento das metas e limites apresentados, o executivo municipal cumpriu as exigências legais estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, referentes aos itens inerentes à Saúde, Despesa de Pessoal, Resultado Nominal e Resultado Primário, todavia, nos itens referentes à Educação, é necessário que o município envide esforços até o final do exercício para o alcance dos limites mínimos estabelecidos pela legislação que os rege. Nada mais havendo a ser tratado e nem discutido, o presidente da referida comissão, declarou encerrada a audiência, e ordenou que fosse lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelos membros da Comissão e demais participantes.

Tucano, Bahia, 30 de setembro de 2026

Assinaturas dos participantes da Audiência Pública – 2º Quadrimestre de 2026

Gervásio Andrade Moura

Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização

Certificação Digital: ZV9W6KK3-JJKFLF4Q-XCAD5ZAR-RFOHYBQS
Versão eletrônica disponível em: http://www.tucano.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Estado Federativo da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCANO
CNPJ: 13.810.312/0001-02

Hélio de Oliveira dos Santos

Relator

Jeanne Santos de Jesus

Membro

Wagner Nagode Canário Rodrigues

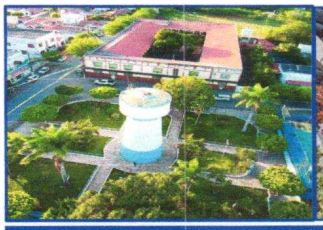
Controlador Geral – Prefeitura Municipal de Tucano

Antônio Tomaz de Aquino

Departamento Contábil – Prefeitura Municipal de Tucano

Certificação Digital: ZV9W6KK3-JJKFLF4Q-XCAD5ZAR-RFOHYBQS
Versão eletrônica disponível em: http://www.tucano.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

29/09/2026





TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

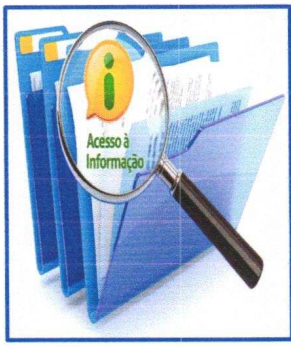
DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS

2º QUADRIMESTRE DE 2026

30 de setembro de 2026

Gestor: *Ricardo Maia Chaves de Souza Filho*

Art. 9º, § 4º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL



" Até o final dos meses de fevereiro, *maio* e **setembro**, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública".

1

29/09/2026

Pontos que serão abordados nesta apresentação

- Receita e despesa
- Resultado Primário
- Resultado Nominal
- Receita Corrente Líquida
- Divida Consolidada
- Despesas com Saúde
- Despesas com Ação Social
- Índices Constitucionais referente a despesas com Pessoal, Educação e Saúde.

Receitas correntes:
São receitas destinadas a cobrir as despesas orçamentárias que visam à manutenção das atividades governamentais, como no caso das receitas tributárias do município e as transferências advindas do estado é da união oriundas de impostos .

Receitas de capital:
São aquelas **receitas públicas** que alteram o patrimônio duradouro do município e são vinculadas a despesas de capital (investimentos).

Despesas correntes:
São as despesas com a manutenção das atividades governamentais, como pagamento de pessoal, materiais e serviços .

Despesas de capital:
São aquelas que alteram o patrimônio do município, tais como, construção de prédios públicos e aquisição veículos , máquinas, móveis, etc.

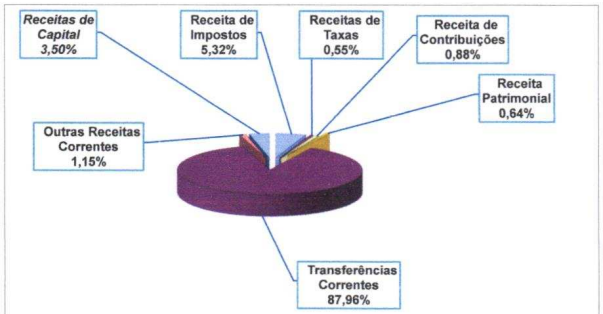
2

29/09/2026

DEMOSTRATIVO DA RECEITA

Discriminação	Previsão 2026	Realizada No Exercício	Diferença	%
Receitas Correntes	**323.101.000,00**	**271.824.025,31**	**-51.276.974,69**	**84,13**
Receita de Impostos	18.843.000,00	14.988.406,49	-3.854.593,51	79,54
Receitas de Taxas	2.699.000,00	1.556.719,95	-1.142.280,05	57,68
Receita de Contribuições	5.000.000,00	2.492.677,05	-2.507.322,95	49,85
Receita Patrimonial	1.015.900,00	1.798.679,04	782.779,04	177,05
Transferências Correntes	294.802.100,00	247.753.120,88	-47.048.979,12	84,04
Outras Receitas Correntes	741.000,00	3.234.421,90	2.493.421,90	436,49
Receitas de Capital	**18.102.000,00**	**9.849.670,22**	**-8.252.329,78**	**54,41**
Alienação de Bens	102.000,00	0,00	-102.000,00	0,00
Transferências de Capital	18.000.000,00	9.849.670,22	-8.150.329,78	54,72
Dedução FUNDEB	**-21.203.000,00**	**-15.284.109,11**	**5.918.890,89**	**72,08**
TOTAL	**320.000.000,00**	**266.389.586,42**	**-53.610.413,58**	**83,25**

RESUMO GRÁFICO DA RECEITA



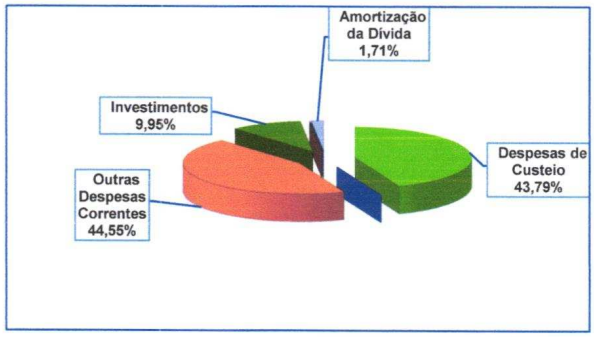
Certificação Digital: ZV9W6KK3-JJKFLF4Q-XCAD5ZAR-RFOHYBQS
Versão eletrônica disponível em: http://www.tucano.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

29/09/2026

DEMOSTRATIVO da DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Discriminação	Dotação Atualizada	Despesas No Exercicio	%
Despesas Correntes	**295.973.017,54**	**204.354.833,22**	**69,05**
Desp de Custeio (P. Encargos)	143.002.089,15	**101.294.268,94**	70,83
Juros e Encargos da Dívida	5.000,00	**0,00**	0,00
Outras Despesas Correntes	152.965.928,39	**103.060.564,28**	67,37
Despesas de Capital	**50.442.241,43**	**26.968.719,61**	**53,46**
Investimentos	45.518.241,43	23.011.985,29	50,56
Invers. Financeiras	2.000,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	4.922.000,00	3.956.734,32	80,39
Reserva de Contingência	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**
Reserva de Contingência	50.000,00	0,00	0,00
TOTAL	**346.465.258,97**	**231.323.552,83**	**66,77**

RESUMO GRÁFICO DA DESPESA



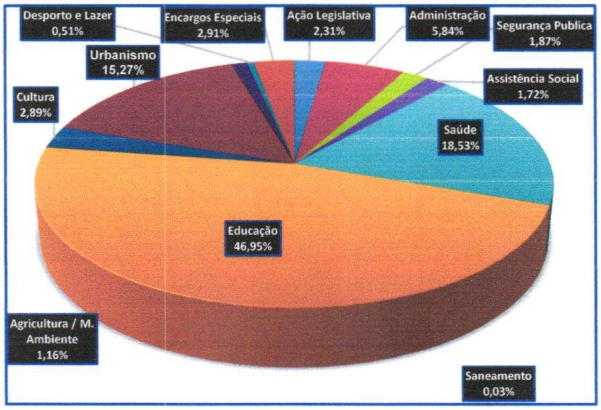
Certificação Digital: ZV9W6KK3-JJKFLF4Q-XCAD5ZAR-RFOHYBQS
Versão eletrônica disponível em: http://www.tucano.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

29/09/2026

DESPESA POR FUNÇÃO

DESPESAS POR FUNÇÃO - RESUMO		
Descriminação	SOMA	%
Ação Legislativa	5.338.321,58	2,31
Administração	13.509.778,20	5,84
Segurança Publica	4.327.598,32	1,87
Assistência Social	3.980.843,12	1,72
Saúde	42.864.285,24	18,53
Educação	108.614.317,24	46,95
Cultura	6.692.232,93	2,89
Urbanismo	35.318.278,91	15,27
Saneamento	75.744,73	0,03
Agricultura / M. Ambiente	2.685.838,52	1,16
Desporto e Lazer	1.183.475,65	0,51
Encargos Especiais	6.732.838,39	2,91
TOTAL	231.323.552,83	100,00

DESPESA POR FUNÇÃO



Certificação Digital: ZV9W6KK3-JJKFLF4Q-XCAD5ZAR-RFOHYBQS
Versão eletrônica disponível em: http://www.tucano.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

29/09/2026

DEMONSTRATIVOS FISCAIS

RESULTADO PRIMÁRIO



Indica se os níveis de gastos orçamentários do Município são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

DEMONSTRATIVOS FISCAIS

RESULTADO PRIMÁRIO

1 - a receita primária corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras, operações de crédito, alienação de ativos;

2 - a despesa primária corresponde ao somatório das despesas correntes e de capital, excluídas as despesas de juros e encargos e amortização da dívida pública;

3 - o resultado primário corresponde à diferença entre receita primária e despesa primária.

6

29/09/2026

DEMONSTRATIVOS FISCAIS

RESULTADO PRIMÁRIO

Descrição	ANO 2026	
	Previsto	2º Quad / 2026
1. Receitas Fiscais Correntes	300.246.100,00	251.605.793,40
2. Receitas Fiscais de Capital	18.102.000,00	9.849.670,22
3. Receitas Fiscais (1+2)	**318.348.100,00**	**261.455.463,62**
4. Despesas Fiscais Correntes	295.968.017,54	204.354.833,22
5. Despesas Fiscais de Capital	45.520.241,43	23.011.985,29
6. Restos a Pagar Pagos		7.642.614,51
7. Reserva de Contigência	50.000,00	0,00
8. Despesas Fiscais (4+5+6+7)	**341.538.258,97**	**235.009.433,02**
Resultado Primário (3-8)		**26.446.030,60**

DEMONSTRATIVOS FISCAIS

RESULTADO NOMINAL

- É o resultado que demonstra o valor da variação da dívida líquida em um determinado período de tempo.
- Dívida líquida corresponde a Dívida Consolidada, menos as Disponibilidade de Caixa, Aplicações Financeiras e Demais Ativos Financeiros.

7

29/09/2026

DEMONSTRATIVOS FISCAIS

Resultado Nominal		
Especificação	Saldo	
	Em 31/12/2025(A)	Em 31/08/2026 (B)
1. Dívida Consolidada (I)	218.551.122,98	214.790.471,57
2. Deduções (II)	-497.090,93	26.755.707,06
Ativo Disponivel	14.979.610,77	44.873.276,65
Haveres Financeiros	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	7.737.000,35	7.804.895,74
(-) Depositos Restituiveis	7.739.701,35	10.312.673,85
3. Dívida Consolidada Líquida (DCL) (III) = (I-II)	219.048.213,91	188.034.764,51
Resultado Nominal	31.013.449,40	

DEMONSTRATIVOS FISCAIS

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

É o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzindo a contribuição para cesta do FUNDEB. É apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em Referência e nos onze anteriores (**Art. 2º LRF**).

Especificação	Em 31/08/2026
Receita Conrrente Líquida TOTAL - RCL	364.704.588,32
(-) Transferencia emendas Individuais	-15.862.023,26
Receita Corrente Líquida - P/Calculo Divida	348.842.565,06
(-) Trasnsf SUS ref. ACS e Vigilancia	-5.875.444,00
Receita Corrente Líquida - P/Calculo Pessoal	342.967.121,06

8

29/09/2026

DEMONSTRATIVOS FISCAIS



DÍVIDA CONSOLIDADA

- Considera-se **Dívida Consolidada**, o montante total apurado das obrigações financeiras, oriundas de contratos a longo prazo, parcelamentos de débitos, precatórios judiciais.

DIVIDA CONSOLIDADA	
Limite de Endividamento = 120% da RCL	418.611.078,07
Dívida Consolidada Líquida	**188.034.764,51**
Percentual Sobre a RCL Ajustada	**53,90 %**

LIMITES LEGAIS

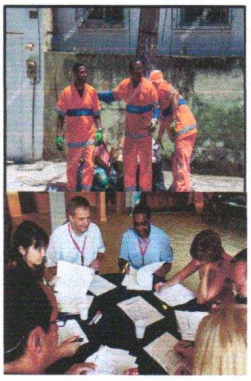
- **PESSOAL**
- **EDUCAÇÃO**
- **FUNDEB**

9

29/09/2026

DESPESA COM PESSOAL

Art. 19 da Lei Complementar nº. 101/2000.
O município não poderá gastar de 54% da sua receita corrente líquida, com pagamento de pessoal



DESPESA COM PESSOAL

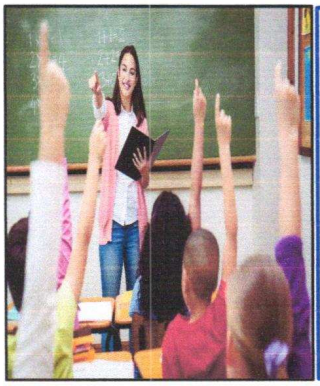
DESPESAS DE PESSOAL - (Últimos 12 meses)			
Apurado em 31/08/2026	RCL Ajustada	Despesas com PESSOAL	%
	342.967.121,06	162.020.422,93	47,24%

LIMITES	
Prudencial	Máximo
51,30%	54,00%
175.942.133,10	185.202.245,37

10

29/09/2026

EDUCAÇÃO



ART. 212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

"... e os Municípios **vinte e cinco por cento**, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino."

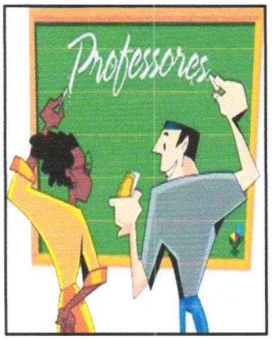
Despesas com Educação 25% (Art. 212 da C.F.)

RESUMO APLICAÇÃO EDUCAÇÃO 25%	
Total Receitas Oriundas de Impostos	94.664.590,40
Obrigatório 25%	23.666.147,60
Cesta do Fundeb 20%	15.284.109,11
Aplicado MDE (fonte 15001001)	**3.875.660,53**
Aplicado até o Período	**19.159.769,64**
Percentual aplicado %	**20,24 %**

11

29/09/2026

FUNDEB Emenda Constitucional nº 108
LEI Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020



- Art. 26. Excluídos os recursos de que trata o inciso III do caput do art. 5º desta Lei, proporção não inferior a 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos referidos no art. 1º desta Lei será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.

FUNDEB Emenda Constitucional nº 108
LEI Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020

Resumo Aplicação FUNDEB 70%	
Receita da Complementação	56.281.854,71
Receita de Transferências	46.627.861,66
Receita Fundeb ETI	296.652,58
Aplicação Financeira FUNDEB	374.998,08
SOMA Recursos do FUNDEB	103.581.367,03
Obrigatório 70%	72.506.956,92
Montante Aplicado Aplicado	62.917.181,73
Percentual Aplicado	**60,74%**

12

29/09/2026

Aplicação FUNDEB VAAT

Resumo FUNDEB VAAT INFANTIL	
Receita da Complementação VAAT	38.628.500,93
Obrigatório Aplicar Ensino INFANTIL 50% (LEI Nº 14.113 ART 28)	19.314.250,47
Montante Aplicado	17.402.931,71
Percentual Aplicado %	45,05 %

Resumo FUNDEB VAAT Investimento - (AGOSTO PARCIAL 2026)	
Receita da Complementação VAAT	38.628.500,93
Investimento obrigatório Aplicar 15% (LEI Nº 14.113 ART 27)	5.794.275,14
Montante Aplicado	7.294.127,77
Percentual Aplicado %	18,88 "%

ASSISTÊNCIA SOCIAL



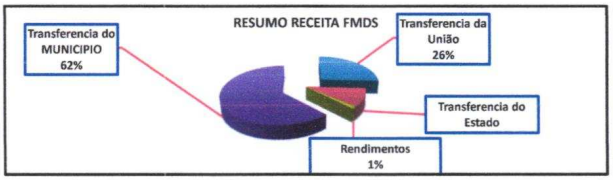
13

29/09/2026

ASSISTÊNCIA SOCIAL

RECEITAS - Exercício 2026 - (2º Quadrimestre)

Descriminação	Valor - R$	%
Indice de Gestão Descentralizada - IGDBF	214.746,52	4,91
Indice de Gestão Descentralizada - IGDSUAS	128.541,71	2,94
Bloco de Proteção Social Básica	583.376,87	13,33
Bloco de Proteção Social de Média Complexidade	255.004,54	5,83
Outras Transferencia do FNAS	-	0,00
Transferencia Convênio Cozinha Comunitária	439.205,49	10,04
Transferencia do Estado	137.869,62	3,15
Receita Patrimonial (Rendimentos)	46.637,86	1,07
Outras Receitas (MP)	-	0,00
Transferencia do Municipio	2.570.350,00	58,74
Soma de Receita no Exercicio	4.375.732,61	100,00



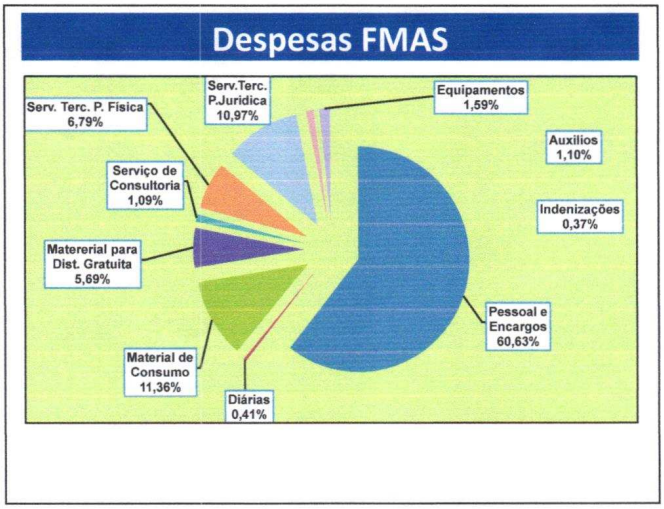
Despesas FMAS

RESUMO DESPESAS FMAS - 2º QUAD. 2026

Descrição despesas	Valor R$
Pessoal e Encargos	2.343.872,24
Diárias	15.780,00
Material de Consumo	439.158,29
Matererial para Dist. Gratuita	220.022,52
Serviço de Consultoria	42.000,00
Serv. Terc. P. Física	262.616,96
Serv.Terc. P.Juridica	424.035,60
Auxilios	42.600,00
Indenizações	14.294,42
Equipamentos	61.645,07
TOTAL	3.866.025,10

14

29/09/2026


Despesas FMAS
Serv. Terc. P. Física 6,79%
Serv.Terc. P.Juridica 10,97%
Equipamentos 1,59%
Auxilios 1,10%
Serviço de Consultoria 1,09%
Indenizações 0,37%
Matererial para Dist. Gratuita 5,69%
Pessoal e Encargos 60,63%
Material de Consumo 11,36%
Diárias 0,41%


PRESTAÇÃO DE CONTAS - SAÚDE
Lei Complementar nº 141art. 36 § 5º de 13 de Janeiro de 2012.
"Nos meses de maio, setembro e fevereiro deverá ser realizada audiência pública"
Saúde

15

29/09/2026

PRESTAÇÃO DE CONTAS - SAÚDE

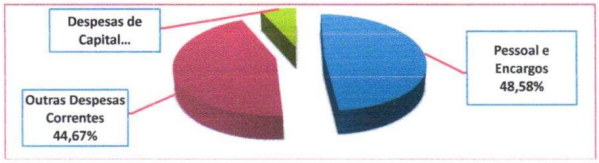
DEMONSTRATIVO DA RECEITA - 2º QUADRIMESTRE 2026

Especificação	ORÇADO/ANO	REALIZADO	Diferença	%
Impostos (Retenções)	-	17.221,67	17.221,67	13,76
Receita Patrimonial	125.200,00	492.309,34	367.109,34	393,22
Transferencia do SUS (Custeio)	41.954.800,00	49.360.876,75	7.406.076,75	117,65
Transferência do Estado (Custeio)	320.000,00	-	(320.000,00)	-
Transferencias de Capital	5.235.000,00	3.607.223,45	(1.627.776,55)	68,91
Recursos Próprios (Município)	20.647.000,00	16.686.017,97	(3.960.982,03)	80,82
TOTAL	68.282.000,00	70.163.649,18	1.881.649,18	102,76

PRESTAÇÃO DE CONTAS - SAÚDE

RESUMO DA DESPESA 2º QUADRIMESTRE

Discriminação	EXECUTADO	%
Despesas Correntes	**39.970.294,01**	
Pessoal e Encargos	20.824.754,19	48,58
Outras Despesas Correntes	19.145.539,82	44,67
Despesas de Capital	**2.893.991,23**	
Obras e Instalações	2.415.917,18	5,64
Aquisição de Equipamentos	478.074,05	1,12
Aquisição de Imóveis	-	0,00
TOTAL	42.864.285,24	100,00



16

29/09/2026

Emenda Constitucional nº 29/00

Emenda Constitucional Nº. 29/00

Art. 77, inciso III – no caso dos Municípios, quinze por cento (15%), do produto da arrecadação dos impostos.

Saúde

Emenda Constitucional nº 29/00

RESUMO APLICAÇÃO EM SAÚDE 15%	
L	91.409.157,38
Base de Cálculo - 15%	13.711.373,61
(+) Aplicação Financeira 15%	6.074,45
Aplicação Obrigatória	13.717.448,06
Aplicado até o Periodo	15.070.312,02
Percentual aplicado	16,49 %
DIFERENÇA POSITIVA	1.352.863,96

Saúde

17

29/09/2026

Dados Disponíveis

- https://e.tcm.ba.gov.br/epp/ConsultaPublica/listView.seam
- https://www.tucano.ba.gov.br/
- https://doem.org.br/ba/tucano
- Prefeitura Municipal

Fechar as portas para a transparência significa abri-las para práticas gravosas.

Na Administração Pública, o que não pode ser visto, via de regra, não pode ser praticado.

18